

ANEXO 13

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●]/2018

CONTRATO DE CONCESSÃO ONEROSA DE USO N.º [●]/2018

CONCESSÃO ONEROSA DE USO DA FAIXA DE DOMÍNIO LOCALIZADA ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-101/ES, NO SEGMENTO COMPREENDIDO ENTRE O KM 0,0 E O KM 2,9 (SNV 101AES1005), ENTRE AS CIDADES DE VITÓRIA E SERRA, NO ESPÍRITO SANTO (“RETA DO AEROPORTO”)

Aos [●] dia do mês de [●] de 2018, tendo de um lado, a UNIÃO, por intermédio do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representado por seu Diretor-Geral, Sr(a). [●], doravante denominado DNIT, e de outro lado, [●], Sociedade de Propósito Específico constituída especialmente para a execução do presente Contrato de Concessão Onerosa de Uso (“CONTRATO”), com endereço à [●], neste ato representada pelo Sr. [●], na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominado CONCESSIONÁRIA,

Considerando:

- 1) Que o DNIT realizou procedimento licitatório na modalidade de concorrência pública para concessão onerosa do uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”), para sua exploração comercial, mediante o pagamento de outorga fixa inicial e variável durante o período de vigência da concessão, bem como da prestação de SERVIÇOS na FAIXA DE DOMÍNIO;
- 2) Que por este regular procedimento licitatório, foi(ram) selecionada(s) a(s) empresa(s) [●], em conformidade com ato do Diretor-Geral do DNIT, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) do dia [●] de [●] de 2018; e
- 3) Que, na forma do que dispõe o Edital de Concorrência Pública n.º [●]/2018 (“EDITAL”), a(s) empresa(s) [●], vencedora(s) de aludida concorrência constituiu(íram) a CONCESSIONÁRIA, tendo atendido as exigências para assinatura do Contrato

estabelecidas no EDITAL, tem as partes entre si, justas e acordadas, as condições expressas no presente Contrato de Concessão de Uso (“CONTRATO”), que será regido pelas normas e cláusulas referidas a seguir.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	6
1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6
2. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO.....	6
3. ANEXOS	10
4. OBJETO	11
5. PRAZO.....	12
6. VALOR DO CONTRATO	12
7. REGIME DE BENS DA CONCESSÃO.....	12
CAPÍTULO II – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES	15
8. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES	15
9. RESPONSABILIDADE URBANÍSTICA E AMBIENTAL	15
10. DESOCUPAÇÕES, DESAPROPRIAÇÕES, SERVIDÕES E LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS 16	
11. CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL	16
12. ATIVIDADES PRÉVIAS PARA ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS	18
13. ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA FAIXA DE DOMÍNIO	20
14. RESPONSABILIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	20
15. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E EMPREGADOS PELA CONCESSIONÁRIA.....	23
16. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	24
17. DECLARAÇÕES	24
18. FISCALIZAÇÃO.....	25
19. SEGUROS	26
CAPÍTULO III – ESTRUTURA JURÍDICA E OPERACIONAL DA SPE	30
20. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	30
21. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	30
CAPÍTULO IV - DOS PAGAMENTOS AO DNIT	31
22. PAGAMENTOS AO DNIT	31
23. REAJUSTE DOS VALORES DO CONTRATO	32
24. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	33
CAPÍTULO V – REVISÃO DO CONTRATO	36
25. REVISÃO CONTRATUAL	36
CAPÍTULO VI – PENALIDADES.....	42
26. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES	42
CAPÍTULO VII - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	47

27.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO	47
28.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	47
29.	RESCISÃO	49
30.	ANULAÇÃO	53
CAPÍTULO VIII - FORO		54
CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS		55

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. A Concessão será regida pelas regras previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Federal n.º 9.074, de 07 de julho de 1995, e demais normas vigentes sobre a matéria.

2. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

2.1. Para fins de interpretação do CONTRATO e ANEXOS, os termos e expressões utilizados no CONTRATO terão os seguintes significados:

2.1.1. ANEXOS: documentos que integram o presente CONTRATO;

2.1.2. BENS CONCEDIDOS: são todos os bens utilizados pela CONCESSIONÁRIA na execução do CONTRATO, englobados os bens sobre os quais a CONCESSIONÁRIA detém o domínio, aqueles em relação aos quais o DNIT cede o uso à CONCESSIONÁRIA e aqueles em relação aos quais a CONCESSIONÁRIA tem o dever de guarda, conforme disposto na Cláusula 7.1 deste CONTRATO;

2.1.3. CASO FORTUITO (ou FORÇA MAIOR): evento imprevisível, inevitável e irresistível, que afeta a execução contratual, tal como, sem se limitar a, inundações, tremores de terra, guerras, em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro;

2.1.4. COMISSÃO TÉCNICA: cada uma das comissões compostas na forma estabelecida no CONTRATO para solucionar divergências técnicas e questões relativas aos aspectos econômico-financeiros durante a execução do CONTRATO;

2.1.5. CONCESSÃO: concessão de uso para EXPLORAÇÃO COMERCIAL e para prestação de SERVIÇOS, no prazo e nas condições estabelecidas neste CONTRATO e seus ANEXOS;

- 2.1.6. CONCESSIONÁRIA (SPE):** Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela adjudicatária nos termos deste CONTRATO, para a execução do objeto da CONCESSÃO;
- 2.1.7. CONTRATO:** é o contrato de concessão de uso n.º [●]/2018;
- 2.1.8. CONTRATOS COMERCIAIS:** todos os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA ou a ela sub-rogados para EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA FAIXA DE DOMÍNIO;
- 2.1.9. CVM:** Comissão de Valores Mobiliários;
- 2.1.10. DATA DE EFICÁCIA:** data em que o CONTRATO tornar-se-á plenamente eficaz, na forma da Cláusula 12.4.1;
- 2.1.11. DNIT:** Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- 2.1.12. DOU:** Diário Oficial da União;
- 2.1.13. EDITAL:** é o Edital de Concorrência Pública n.º [●]/2018 e seus anexos;
- 2.1.14. EXPLORAÇÃO COMERCIAL:** exploração comercial da FAIXA DE DOMÍNIO a ser desenvolvida pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, conforme as diretrizes da MINUTA DO CONTRATO e seus ANEXOS;
- 2.1.15. FAIXA DE DOMÍNIO:** faixa de domínio objeto da concessão de uso, conforme definição do ANEXO 4 da MINUTA DO CONTRATO, cuja transferência dar-se-á com base no plano planialtimétrico desenvolvido pela SPE;
- 2.1.16. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** garantia que a CONCESSIONÁRIA deverá manter, em favor do DNIT, do fiel cumprimento das obrigações contratuais, na forma da Cláusula 24;
- 2.1.17. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à

CONCESSIONÁRIA, ou representem as partes credoras nessa concessão de financiamento;

2.1.18. IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

2.1.19. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO E LEVANTAMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES: levantamentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA e aprovados pelo DNIT na forma do presente CONTRATO, na cláusula 12.2.2, e do ANEXO 4 – TERMO DE REFERÊNCIA;

2.1.20. LICITAÇÃO: Concorrência Pública n.º [●]/2018;

2.1.21. ORDEM INICIAL DE SERVIÇO: comunicado enviado pelo DNIT à CONCESSIONÁRIA para que esta inicie a EXPLORAÇÃO COMERCIAL e a prestação dos SERVIÇOS na FAIXA DE DOMÍNIO, na forma da Cláusula 12.3;

2.1.22. OUTORGA FIXA: valor fixo pago ao DNIT pela CONCESSIONÁRIA pelo uso da FAIXA DE DOMÍNIO, na forma da Cláusula 22 do CONTRATO e ANEXO 3 do presente CONTRATO;

2.1.23. OUTORGA VARIÁVEL: percentual da RECEITA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA que deverá ser compartilhado com o DNIT, conforme Cláusula 22 do CONTRATO e ANEXO 5 do presente CONTRATO;

2.1.24. PARTES: o DNIT e a CONCESSIONÁRIA;

2.1.25. PARTES RELACIONADAS: com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor;

2.1.26. PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO: plano elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo o detalhamento de como serão desempenhadas pela Concessionária cada uma das atividades e exploração comercial da FAIXA DE DOMÍNIO, conforme as diretrizes previstas no ANEXO 4 – TERMO DE REFERÊNCIA;

2.1.27. PRAZO DA CONCESSÃO: o prazo de duração da CONCESSÃO, estipulado na cláusula 5, contados da DATA DE EFICÁCIA, que poderá ser alterado ou prorrogado, na forma prevista no CONTRATO;

2.1.28. PROPOSTA COMERCIAL: oferta dada pela CONCESSIONÁRIA na LICITAÇÃO que antecedeu o CONTRATO, consubstanciada no valor de OUTORGA FIXA INICIAL ofertada;

2.1.29. RECEITA COMERCIAL: toda a receita bruta auferida direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA em decorrência do uso da FAIXA DE DOMÍNIO, de sua EXPLORAÇÃO COMERCIAL;

2.1.30. SERVIÇO(S): serviços de conserva, limpeza, monitoramento e levantamento planialtimétrico a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA na FAIXA DE DOMÍNIO, conforme disposto no CONTRATO e ANEXO 4 – TERMO DE REFERÊNCIA;

2.1.31. TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA FAIXA DE DOMÍNIO: documento a ser assinado pelas PARTES para transferência dos BENS VINCULADOS da FAIXA DE DOMÍNIO, por meio do qual o DNIT transferirá o uso da FAIXA DE DOMÍNIO à CONCESSIONARIA.

2.2. Exceto quando o contexto não permitir, aplicam-se as seguintes regras à interpretação do CONTRATO:

2.2.1. As definições do CONTRATO serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;

2.2.2. Referências ao CONTRATO ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;

2.2.3. Os títulos dos capítulos e das cláusulas do CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;

2.2.4. No caso de divergência entre o CONTRATO e seus ANEXOS, prevalecerá o disposto no CONTRATO;

2.2.5. No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo DNIT;

2.2.6. No caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo DNIT, prevalecerá aquele de data mais recente.

3. ANEXOS

3.1. Para todos os fins, integram o CONTRATO os seguintes ANEXOS:

3.1.1. **ANEXO 1** – EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º [●]/2018;

3.1.2. **ANEXO 2** – ATOS CONSTITUTIVOS DA CONCESSIONÁRIA;

3.1.3. **ANEXO 3** – PROPOSTA COMERCIAL DA CONCESSIONÁRIA;

3.1.4. **ANEXO 4** – TERMO DE REFERÊNCIA;

3.1.5. **ANEXO 5** – MECANISMO DE CÁLCULO DA OUTORGA VARIÁVEL.

CAPÍTULO II – ELEMENTOS DA CONCESSÃO

4. OBJETO

4.1. O objeto do EDITAL é a concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”), para sua EXPLORAÇÃO COMERCIAL, mediante o pagamento de OUTORGA FIXA INICIAL e VARIÁVEL durante o período de vigência da concessão, bem como da prestação de SERVIÇOS, na forma das diretrizes do ANEXO 4 do presente CONTRATO.

4.2. Compõem o OBJETO do presente CONTRATO, observadas as especificações do CONTRATO e ANEXOS, as seguintes atividades:

4.2.1. Atividades prévias à EXPLORAÇÃO COMERCIAL e prestação dos SERVIÇOS: atividades de elaboração de LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO E LEVANTAMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES e do PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO e de estruturação da sede da SPE, a serem desempenhadas pela CONCESSIONÁRIA como condição de eficácia, na forma da cláusula 12.2 e ANEXO 4 do presente CONTRATO;

4.2.2. Prestação dos SERVIÇOS na FAIXA DE DOMÍNIO: prestação dos serviços de conserva, limpeza, monitoramento e LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO a serem desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA no prazo da CONCESSÃO, conforme o presente CONTRATO e ANEXO 4 do presente CONTRATO;

4.2.3. EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO: desenvolvimento das atividades pertinentes à exploração comercial da FAIXA DE DOMÍNIO, a serem desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, conforme as diretrizes da MINUTA DO CONTRATO e seus ANEXOS.

4.3. O OBJETO acima será implementado observando as seguintes fases:

4.3.1. FASE I – ATIVIDADES PARA ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS;

4.3.2. FASE II – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXPLORAÇÃO COMERCIAL

5. PRAZO

5.1. A outorga da CONCESSÃO e a vigência do presente CONTRATO terão o prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA.

5.2. O PRAZO DA CONCESSÃO poderá ser alterado para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma da Cláusula 25 quando a alteração se mostrar mais vantajosa ao interesse público, sendo promovida mediante justificativa do DNIT.

5.2.1. A extensão do PRAZO DA CONCESSÃO como medida para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não será considerada prorrogação.

6. VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 6.274.435,98 (seis milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondente à receita bruta projetada para o período da CONCESSÃO.

6.2. O valor contemplado na cláusula acima tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das PARTES para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

7. REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

7.1. São BENS DA CONCESSÃO aqueles que:

7.1.1. Pertencam ao DNIT e sejam cedidos ou sub-rogados para a CONCESSIONÁRIA, conforme TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA FAIXA DE DOMÍNIO a ser assinado pelas PARTES na forma da cláusula 12.3;

7.1.2. Pertencam à CONCESSIONÁRIA ou sejam por esta adquiridos ou construídos com o objetivo de executar o presente CONTRATO.

7.2. Os BENS DA CONCESSÃO deverão ser permanentemente inventariados e atualizados pela CONCESSIONÁRIA.

7.3. Pertencerão ao DNIT todas as obras, melhorias, equipamentos, benfeitorias e acessões realizadas pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros em relação aos bens indicados na Cláusula 7.1.1.

7.4. A CONCESSIONÁRIA utilizará os BENS DA CONCESSÃO indicados nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 exclusivamente para executar o objeto do CONTRATO.

7.5. O DNIT poderá fazer uso da FAIXA DE DOMÍNIO para finalidades não previstas neste CONTRATO, desde que o uso não comprometa as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA e que os ônus econômicos decorrentes dessa utilização excepcional sejam arcados pelo próprio DNIT.

7.6. Uma vez transcorrida a vida útil dos BENS DA CONCESSÃO ou caso seja necessária sua substituição, por qualquer motivo, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à sua imediata substituição por bem de qualidade igual ou superior.

7.7. É permitida a alienação, substituição, descarte ou transferência de posse dos BENS DA CONCESSÃO desde que a CONCESSIONÁRIA proceda à sua imediata substituição, nas condições previstas no CONTRATO e ANEXOS.

7.7.1. A eventual alienação de BENS DA CONCESSÃO de que trata a cláusula 7.7, acima, deverá ser contabilizada e reconhecida como RECEITA COMERCIAL, sendo-lhe aplicáveis as disposições da cláusula 22 e ANEXO 5 - do presente CONTRATO.

7.7.2. A realização de investimentos, a aprovação de projetos e a realização de benfeitorias cuja amortização não se dê no prazo da CONCESSÃO, assim como a alienação ou transferência de posse dos BENS DA CONCESSÃO nos últimos 6 (seis) meses da CONCESSÃO, somente serão permitidas se previamente autorizadas pelo DNIT, desde que não comprometa a prestação dos SERVIÇOS e a

EXPLORAÇÃO COMERCIAL e demais regras de devolução dos bens descritos na Cláusula 27.

7.8. É vedada a oferta de BENS VINCULADOS em garantia, salvo quando imprescindível para o financiamento da sua aquisição pela CONCESSIONÁRIA, mediante anuência prévia do DNIT.

7.9. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS VINCULADOS deverão mencionar expressamente sua vinculação.

7.10. Os BENS REVERSÍVEIS pertencentes à CONCESSIONÁRIA ou por ela adquiridos ou construídos com o objetivo de executar o presente CONTRATO devem ser integralmente amortizados e depreciados no PRAZO DA CONCESSÃO, não cabendo qualquer indenização.

CAPÍTULO II – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

8.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar a documentação necessária, submeter às autoridades competentes o pedido de obtenção de todas as licenças, autorizações e alvarás necessários à plena execução do objeto da CONCESSÃO, e acompanhar todo o processamento do pedido até a sua regular aprovação, devendo, para tanto, cumprir com todas as providências exigidas, nos termos da legislação vigente, bem como arcar com todas as despesas e os custos envolvidos.

8.1.1. A obrigação constante da cláusula 8.1, acima, é igualmente aplicável para os projetos de EXPLORAÇÃO COMERCIAL desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros por ela designados, dos quais deverá a CONCESSIONÁRIA exigir as mesmas obrigações aqui previstas e fiscalizar as atividades, tal como descrito no ANEXO 4 do presente CONTRATO.

9. RESPONSABILIDADE URBANÍSTICA E AMBIENTAL

9.1. A responsabilidade pelo passivo ambiental existente até a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO será do DNIT.

9.1.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo passivo ambiental gerado após a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

9.1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável por garantir o adequado descarte, destinação, triagem, transporte, armazenagem e aproveitamento dos resíduos originados na CONCESSÃO, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observado o quanto determinado no ANEXO 4 do presente CONTRATO, bem como nos dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e nas exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive a licença ambiental prévia, se aplicável.

9.1.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela observância de manutenção e adequação do uso da FAIXA DE DOMÍNIO para impedir impactos ou danos aos

prédios e monumentos declarados como patrimônio histórico e/ou cultural, quando existentes.

10. DESOCUPAÇÕES, DESAPROPRIAÇÕES, SERVIDÕES E LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O uso da FAIXA DE DOMÍNIO será concedido à CONCESSIONÁRIA de acordo com o LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO GEORREFERENCIADO e com o LEVANTAMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES elaborados pela CONCESSIONÁRIA cabendo à CONCESSIONÁRIA explorar comercialmente, realizar o monitoramento e prestar os SERVIÇOS nas áreas desocupadas e notificar o DNIT acerca das ocupações irregulares, na forma do ANEXO 4 do presente CONTRATO.

10.2. Caberá ao DNIT realizar as desocupações, desapropriações, servidões e limitações administrativas necessárias à manutenção da FAIXA DE DOMÍNIO, não cabendo à CONCESSIONÁRIA nenhum direito decorrente do atraso ou não adoção de tais medidas pelo DNIT.

11. CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL

11.1. O DNIT deverá notificar os permissionários da FAIXA DE DOMÍNIO com Contratos de Permissão de Uso da FAIXA DE DOMÍNIO vigentes acerca da sub-rogação de seus direitos à CONCESSIONÁRIA, como condição de eficácia e na forma da cláusula 12.2.10.

11.1.1. Desde a data de assinatura do CONTRATO, ficará vedado ao DNIT assumir novas obrigações ou firmar novos contratos relativos ao uso da FAIXA DE DOMÍNIO sem a prévia anuência da CONCESSIONÁRIA, ressalvados os usos temporários com prazo inferior ao previsto para efetivação da DATA DE EFICÁCIA e aqueles necessários à prestação de serviços públicos.

11.2. Sem prejuízo dos CONTRATOS COMERCIAIS vigentes, a CONCESSIONÁRIA poderá celebrar com terceiros contratos que envolvam a utilização de espaços da FAIXA DE DOMÍNIO, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente, bem como as regras e diretrizes deste CONTRATO e ANEXO 4 do presente CONTRATO e o quanto segue:

11.2.1. Seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do CONTRATO;

- 11.2.2.** A remuneração será livremente pactuada entre a CONCESSIONÁRIA e a outra parte contratada, observadas eventuais restrições regulatórias, legais ou de decisões judiciais, não se responsabilizando o DNIT pela demanda ou receita desses CONTRATOS;
- 11.2.3.** Seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e de qualidade dos SERVIÇOS e da rodovia adjacente;
- 11.2.4.** Não será permitida a exploração de atividade ou a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário.
- 11.2.5.** Em caso de extinção antecipada do CONTRATO, o DNIT poderá, independentemente de indenização, denunciar os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA envolvendo a utilização da FAIXA DE DOMÍNIO, salvo se a celebração do contrato tiver sido precedida de expressa aprovação do DNIT ou nos casos em que o montante elevado dos investimentos a serem realizados pelo cessionário justificar a sua manutenção mesmo quando da extinção antecipada do CONTRATO.
- 11.2.6.** O DNIT terá acesso, a qualquer tempo, a todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para formalizar a utilização da FAIXA DE DOMÍNIO.
- 11.2.7.** Em todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para a utilização de espaços da FAIXA DE DOMÍNIO, com o objetivo de exploração econômica, deverá constar o dever de o terceiro: i. Disponibilizar, a qualquer tempo, inclusive por solicitação do DNIT, as demonstrações contábeis relativas à exploração realizada; e ii. Adotar contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.
- 11.2.8.** A CONCESSIONÁRIA assumirá todas as obrigações e direitos relacionados aos contratos que envolvam a utilização da FAIXA DE DOMÍNIO.
- 11.2.9.** Nas áreas destinadas a serviços públicos obrigatórios pela legislação e regulamentação vigentes, ou em decorrência de decisão judicial, a

CONCESSIONÁRIA cederá os espaços para as instalações de órgãos e entidades do Poder Público, observados os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, sem ônus financeiro.

12. ATIVIDADES PRÉVIAS PARA ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Quando da assinatura do CONTRATO, a partir da data de publicação de seu extrato no DOU, as PARTES darão início às providências prévias e aos procedimentos necessários à DATA DE EFICÁCIA e assunção da FAIXA DE DOMÍNIO e dos SERVIÇOS, conforme descrito na presente Cláusula.

12.2. Em até 90 (noventa) dias contados da publicação do extrato do CONTRATO no DOU, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver as seguintes atividades, conforme diretrizes do ANEXO 4 do presente CONTRATO:

12.2.1. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO;

12.2.2. LEVANTAMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES;

12.2.3. PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO;

12.2.4. ESTRUTURAÇÃO DA SEDE DA SPE.

12.2.5. Em até 30 (trinta) dias contados de seu recebimento, o DNIT deverá se manifestar acerca dos documentos previstos nas subcláusulas acima, aprovando-os ou solicitando as adequações necessárias, que, se o caso, deverão ser observadas pela CONCESSIONÁRIA em até 15 (quinze) dias.

12.2.6. Após a entrega, pela CONCESSIONÁRIA, do(s) documento(s) reformulado(s), o DNIT terá o prazo de até 15 (quinze) dias para aprová-lo ou solicitar a retificação das alterações propostas, até que haja a definitiva aprovação de todos os documentos.

12.2.7. No caso de ausência de manifestação do DNIT nos prazos previstos para aprovação dos documentos descritos nas subcláusulas acima, os mesmos serão considerados aprovados.

12.2.8. Após aprovados, os levantamentos e planos desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA na forma da presente cláusula passarão a fazer parte integrante do CONTRATO como ANEXOS.

12.2.9. Em até 15 (quinze) dias após a aprovação dos documentos previstos na Cláusula 12.2, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a contratação das apólices de seguro previstas na Cláusula 19.

12.2.10. No mesmo prazo descrito na subcláusula 12.2.9, acima, o DNIT deverá notificar todos os permissionários com contratos vigentes acerca da sub-rogação de seus direitos à CONCESSIONÁRIA, indicando ainda que a data prevista de emissão da Ordem Inicial de Serviços descrita na cláusula 12.3, e informando que, a partir dessa data, os valores devidos em decorrência dos referidos contratos deverão ser pagos diretamente à CONCESSIONÁRIA.

12.3. ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS E TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA FAIXA DE DOMÍNIO

12.3.1. No prazo de até 15 (quinze) dias, contados da efetiva comprovação, pela CONCESSIONÁRIA, da contratação de seguros, na forma da Cláusula 12.2.9, o DNIT deverá providenciar a transferência dos BENS VINCULADOS do DNIT à CONCESSIONÁRIA, por meio da assinatura, pelas PARTES, do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA FAIXA DE DOMÍNIO com base no LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO aprovado, bem como a emissão da ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS, após providenciadas, pelo DNIT, as condições previstas na subcláusula acima.

12.4. DATA DE EFICÁCIA

12.4.1. Após a emissão da ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS, o DNIT efetuará a respectiva publicação no DOU, sendo que a DATA DE EFICÁCIA para todos os fins deste

CONTRATO, será 30 (trinta) dias corridos após a data de publicação da ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS no DOU.

12.4.2. A partir da DATA DE EFICÁCIA o CONTRATO será considerado plenamente vigente, iniciando-se a contagem do PRAZO DA CONCESSÃO previsto na Cláusula 5.1, acima.

13. ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA FAIXA DE DOMÍNIO

13.1. Na DATA DE EFICÁCIA, a CONCESSIONÁRIA assumirá a prestação dos SERVIÇOS e a EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO, conforme previsto em seu PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO e em observância às obrigações e especificações deste CONTRATO e seus ANEXOS.

14. RESPONSABILIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Durante todo o prazo do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA é responsável pela execução dos SERVIÇOS e da EXPLORAÇÃO COMERCIAL objeto do CONTRATO, de acordo com seu PLANO DE EXPLORAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO, observando as diretrizes, especificações e parâmetros de qualidade mínimos deste CONTRATO e ANEXOS, de forma a garantir os melhores resultados ao DNIT, realizando permanente e continuamente seus melhores esforços para otimizar a gestão dos recursos humanos, materiais de consumo e dos BENS VINCULADOS, bem como as obrigações previstas neste CONTRATO e demais ANEXOS.

14.2. Além do quanto especificado na cláusula acima, a CONCESSIONÁRIA deverá observar, quando da prestação direta ou indireta dos SERVIÇOS e da EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO:

14.2.1. Responder pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais relacionados aos cronogramas, projetos e instalações realizados por si ou por terceiros;

14.2.1.1. A aprovação pelo DNIT de cronogramas, projetos e instalações apresentados não exclui a responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA

pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais, regulamentares e legais;

- 14.2.2.** Responder perante o DNIT e terceiros, nos termos admitidos na legislação aplicável, inclusive pelos contratos firmados com terceiros para EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO pelos serviços subcontratados;
- 14.2.3.** Responder pela posse, guarda, manutenção e vigilância de todos os BENS VINCULADOS, de acordo com o previsto no CONTRATO e na regulamentação vigente;
- 14.2.4.** Ressarcir o DNIT de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA;
- 14.2.5.** Informar o DNIT, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade do DNIT, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como enviar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- 14.2.6.** Acompanhar e assessorar o DNIT em reuniões com terceiros para tratar de assuntos que envolvam a FAIXA DE DOMÍNIO, em temas aderentes ao objeto da CONCESSÃO, quando solicitado;
- 14.2.7.** Estampar a logomarca padrão do DNIT, em proporção equivalente à logomarca da CONCESSIONÁRIA, em todos os veículos, uniformes dos empregados da CONCESSIONÁRIA, crachás de identificação, sítios eletrônicos e demais elementos da CONCESSÃO pertinentes;
- 14.2.8.** Desenvolver, com vistas à execução dos SERVIÇOS, práticas e modelos de gestão conforme as normas e padrões no CONTRATO e ANEXOS;

- 14.2.9.** Disponibilizar mão de obra em quantidade necessária e condizente com a adequada prestação dos SERVIÇOS e da EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO, regularmente treinada e capacitada para exercer as atividades de sua responsabilidade previstas no ANEXO 4 do presente CONTRATO;
- 14.2.10.** Manter seu pessoal (empregados e terceiros contratados) devidamente identificado por meio de uniformes e crachás com fotografia recente, incluindo logotipo da CONCESSIONÁRIA e do DNIT;
- 14.2.11.** Observar, nas contratações de pessoal, a legislação trabalhista vigente, notadamente as leis específicas de encargos trabalhistas, previdenciários, tributário, fiscal, bem como os acordos, convenções e dissídios coletivos de cada categoria profissional;
- 14.2.12.** Cumprir rigorosamente e exigir de seus contratados o cumprimento das normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação vigente, e sempre visando a prevenção de acidentes no trabalho;
- 14.2.13.** Fornecer ao seu pessoal e exigir que seus terceirizados assim o façam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo - EPIs e EPCs, necessários para o desempenho de suas atividades, bem como apresentar ao DNIT, sempre que solicitado, os comprovantes de entrega desses equipamentos ao seu pessoal;
- 14.2.14.** Assegurar o livre acesso ao DNIT, a qualquer dia e hora, às dependências usadas pela CONCESSIONÁRIA ou pelos terceiros a quem o uso das áreas for cedido pela CONCESSIONÁRIA para fiscalização da higienização e das normas referentes à segurança do trabalho;
- 14.2.15.** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos SERVIÇOS, em perfeitas condições de uso;
- 14.2.16.** Adquirir todo o material de consumo e peças de reposição que utilizar na execução dos SERVIÇOS.

15. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS E EMPREGADOS PELA CONCESSIONÁRIA

15.1. Para a execução dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA utilizará seus empregados e poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS, assim entendidas aquelas para as quais o ANEXO 4 do presente CONTRATO expressamente permitir a subcontratação, bem como a implementação de projetos associados.

15.1.1. O conhecimento do DNIT acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO.

15.2. A CONCESSIONÁRIA terá responsabilidade objetiva pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos USUÁRIOS e a terceiros.

15.3. Os empregados e terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ter capacidade técnica compatível com as melhores práticas para o desempenho de suas atividades.

15.4. A CONCESSIONÁRIA assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária ou qualquer outra relativa aos seus, subcontratados, empregados e terceirizados.

15.5. A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o DNIT indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude de atos praticados pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

15.6. A CONCESSIONÁRIA deverá também indenizar e manter o DNIT indene em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, venha a arcar em função das ocorrências descritas na Cláusula 15.5.

16. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

16.1. Sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

16.1.1. Dar conhecimento imediato ao DNIT de todo e qualquer fato que altere o normal desenvolvimento da CONCESSÃO, ou que, de algum modo, interrompa a correta execução dos SERVIÇOS ou da EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO;

16.1.2. Fornecer relatórios com informações detalhadas sobre os SERVIÇOS na periodicidade estabelecida no ANEXO 4 do presente CONTRATO;

16.1.3. Apresentar ao DNIT ou aos órgãos de controle da Administração, no prazo por estes estabelecido, informações adicionais ou complementares que venham a solicitar;

16.1.4. Apresentar trimestralmente e a qualquer tempo quando solicitado pelo DNIT, os contratos e as notas fiscais das atividades terceirizadas, os comprovantes de pagamentos de salários e demais obrigações trabalhistas, as apólices de seguro contra acidente de trabalho e os comprovantes de quitação das respectivas obrigações previdenciárias.

17. DECLARAÇÕES

17.1. A CONCESSIONÁRIA declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais e que realizou os levantamentos e estudos necessários para a elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL e para a execução do objeto do CONTRATO.

17.2. A CONCESSIONÁRIA não será de qualquer maneira liberada de suas obrigações contratuais, tampouco terá direito a ser indenizada pelo DNIT, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente que lhe foi fornecida pelo DNIT ou por qualquer outra fonte, por áreas de ocupação irregular ou pela impossibilidade de cobrança pelo uso das áreas cujo uso lhe foi

concedido, reconhecendo que é sua obrigação realizar os levantamentos para a verificação da adequação e da precisão de qualquer informação que lhe foi fornecida.

17.3. A CONCESSIONÁRIA declara, ainda:

17.3.1. Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no CONTRATO;

17.3.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua PROPOSTA COMERCIAL;

17.3.3. Que a PROPOSTA COMERCIAL é incondicional e levou em consideração todos os investimentos, tributos, custos e despesas (incluindo, mas não se limitando, às financeiras) necessários para a operação da CONCESSÃO, bem como os riscos a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA em virtude da operação da CONCESSÃO, e, também, o PRAZO DA CONCESSÃO;

17.3.4. Que o sistema de remuneração previsto neste CONTRATO representa o equilíbrio entre ônus e bônus da CONCESSÃO e que a EXPLORAÇÃO COMERCIAL é suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas, e SERVIÇOS efetivamente realizados, bem como para pagamento da OUTORGA FIXA INICIAL e da OUTORGA VARIÁVEL.

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização da CONCESSÃO, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pelo DNIT, nos termos deste CONTRATO.

18.1.1. A CONCESSIONÁRIA garantirá ao DNIT, ou a qualquer outra entidade que ele indicar, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à CONCESSÃO, inclusive aquelas cujo uso houver sido transferido contratualmente a terceiros, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que forem formalmente solicitados.

18.2. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pelo DNIT, as falhas ou defeitos verificados na prestação dos SERVIÇOS ou na exploração direta ou indireta da FAIXA DE DOMÍNIO.

18.3. O DNIT registrará e processará as ocorrências apuradas pela fiscalização, notificando a CONCESSIONÁRIA para regularização das falhas ou defeitos verificados, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

18.3.1. Mesmo que as falhas e defeitos apurados pela fiscalização não ensejem a aplicação imediata de penalidades, o descumprimento dos prazos de regularização ou correção determinados pelo DNIT ensejará a lavratura de auto de infração, sujeitando a CONCESSIONÁRIA à aplicação de penalidades previstas no CONTRATO.

18.4. O DNIT poderá exigir, nos prazos que vier a especificar, que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa ou incorreta.

18.4.1. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA quanto à obrigação prevista nesta Cláusula, o DNIT poderá proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive com a possibilidade de ocupação provisória dos bens e instalações da CONCESSIONÁRIA.

18.4.2. Em cumprimento ao dever acima, o DNIT poderá se valer da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO para o ressarcimento dos custos e despesas envolvidos, bem como por eventuais indenizações devidas a terceiros e para remediar os vícios, defeitos ou incorreções identificadas.

19. SEGUROS

19.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro de responsabilidade civil para cobrir os danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros, durante todo o prazo da CONCESSÃO, com vigência mínima de 12 (doze) meses, que sejam suficientes para garantir a continuidade dos SERVIÇOS.

19.1.1. Os montantes cobertos pelos seguros, incluídos os danos materiais e os danos morais abrangidos, deverão atender os limites máximos de indenização calculados com base no maior dano provável.

19.1.2. A seguir serão apresentadas as coberturas mínimas exigidas com relação aos seguros de responsabilidade civil:

19.1.2.1. Responsabilidade Civil Operações, bem como existência, uso e conservação da faixa;

19.1.2.2. Responsabilidade Civil do Empregador;

19.1.2.3. Danos Morais decorrentes dos eventos acima.

19.2. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro de engenharia, para toda e qualquer execução de obra, instalações e montagens, reformas e ampliações em infraestruturas presentes na faixa de domínio que porventura venham a ocorrer ao longo da Concessão, que sejam suficientes para garantir a continuidade das Obras.

19.2.1. Os montantes cobertos pelos seguros deverão atender os limites máximos de indenização calculados com base no maior dano provável.

19.2.2. A seguir serão apresentadas as coberturas mínimas exigidas com relação aos seguros de engenharia:

19.2.2.1. Responsabilidade Civil decorrentes de Obra Civil em Construção / Instalação e Montagem, com cobertura adicional de Erro de Projeto, Responsabilidade Civil Cruzada e Fundações;

19.2.2.2. Danos Morais decorrentes de Obra Civil em Construção / Instalação e Montagem, com cobertura adicional de Erro de Projeto, Responsabilidade Civil Cruzada e Fundações;

19.2.2.3. Despesas com contenção e salvamento de sinistros.

19.3. Deverá ainda a CONCESSIONÁRIA, comprovar a contratação ou complementação dos seguros correspondentes, nos valores compatíveis, correspondentes ao valor máximo segurável de cada um dos riscos relacionados no CONTRATO e seus ANEXOS sempre que pretender implementar direta ou indiretamente um novo projeto na FAIXA DE DOMÍNIO, sendo esta comprovação condição necessária à aprovação de quaisquer projetos pela CONCESSIONÁRIA ou pelo DNIT.

19.4. Será de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA manter em vigor os seguros exigidos no CONTRATO, devendo para tanto promover as renovações, prorrogações e atualizações necessárias.

19.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao DNIT, em até 15 (quinze) dias antes do vencimento dos seguros vigentes, as apólices dos seguros contratados e renovados, em via original, segunda via, ou cópia digital, devidamente certificadas.

19.4.2. Após a publicação do CONTRATO no DOU, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a contratação dos seguros relacionados nesta cláusula.

19.5. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata o CONTRATO, bem como pelo pagamento integral da franquia na hipótese de ocorrência do sinistro.

19.6. A existência de cobertura securitária não exime a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA de substituir os BENS VINCULADOS que tenham sido danificados ou inutilizados.

19.7. O DNIT deverá figurar como cossegurado nas apólices de seguros referidas no CONTRATO.

19.8. A CONCESSIONÁRIA, com autorização prévia do DNIT, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência do CONTRATO.

19.9. Nas apólices de seguros, deverá constar a obrigação das seguradoras informarem, imediatamente, ao DNIT, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

19.10. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer apólice prevista na Cláusula 19.1, 19.2 e 19.3.

19.11. Fica a critério da CONCESSIONÁRIA a contratação de quaisquer outras coberturas adicionais às estabelecidas neste capítulo, bem como a definição de limites de indenização superiores aos aqui exigidos.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA JURÍDICA E OPERACIONAL DA SPE

20. COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

20.1. A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar imediatamente ao DNIT as alterações na sua composição societária descrita no ANEXO 2 do presente CONTRATO, existente à época de assinatura do CONTRATO, apresentando inclusive os documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas no CONTRATO referentes à transferência do controle da CONCESSIONÁRIA.

20.2. Qualquer transferência no controle da CONCESSIONÁRIA deverá ser previamente autorizada pelo DNIT nos termos da lei, devendo ser mantidas sempre as condições de habilitação das empresas, inclusive em relação à obrigação de comprovação de experiência da controladora em projetos de grande porte, conforme obrigação do EDITAL.

20.3. As condições previstas na cláusula 20.2 aplicam-se também à retirada, por qualquer razão, da empresa detentora do atestado técnico referido no item 11.3.4 do EDITAL da composição societária da SPE.

21. GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

21.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas, conforme as regras contábeis brasileiras.

21.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao DNIT suas demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do relatório de empresa de auditoria independente, obedecidas a Lei Federal n.º 6.404/76, a Lei Federal n.º 11.638/07 e a Lei Federal n.º 9.430/96, as deliberações da CVM aplicáveis, ou as normas que venham a suceder estes diplomas, observadas as diretrizes e condições do ANEXO 4 do presente CONTRATO.

21.3. Para garantir a uniformidade e a transparência das informações contábeis fornecidas, o DNIT poderá elaborar um plano de contas a ser cumprido pela CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO IV - DOS PAGAMENTOS AO DNIT

22. PAGAMENTOS AO DNIT

22.1. Em contrapartida pelo uso da FAIXA DE DOMÍNIO, a CONCESSIONÁRIA deverá, além de prestar os SERVIÇOS descritos no ANEXO 4 do presente CONTRATO, realizar o pagamento de OUTORGA FIXA INICIAL e OUTORGA VARIÁVEL incidente sobre a receita bruta da CONCESSIONÁRIA, de acordo com o quanto previsto nos ANEXOS 3 e 5 do presente CONTRATO.

22.1.1. Como condição prévia à assinatura do presente CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA realizou o pagamento do montante de R\$ [-] ([-] reais), a título de OUTORGA FIXA INICIAL, nos termos constantes do ANEXO 3 do presente CONTRATO.

22.1.2. A receita bruta da CONCESSIONÁRIA abrange o valor total das operações provenientes da EXPLORAÇÃO COMERCIAL da FAIXA DE DOMÍNIO, assim consideradas como todos os negócios realizados na área concedida ou nela iniciados, concluídos, encaminhados ou preparados, qualquer que seja a forma das operações realizadas, incluindo o valor dos impostos incidentes. Para os efeitos estabelecidos neste item incluem-se, portanto, todas as receitas que se tornem econômica e/ou financeiramente auferidas.

22.2. A OUTORGA VARIÁVEL será calculada anualmente conforme regra definida no ANEXO 5 do presente CONTRATO e será apurada com base na receita bruta anual da CONCESSIONÁRIA apontada nos RELATÓRIOS FINANCEIROS entregues na forma do ANEXO 4 do presente CONTRATO. A OUTORGA VARIÁVEL deverá ser paga em até 10 (dez) dias após a manifestação final do DNIT acerca do RELATÓRIO FINANCEIRO, conforme procedimento abaixo descrito:

22.2.1. Em até 30 (trinta) dias, contados da data em que o balanço patrimonial da SPE tornar-se exigível, nos termos da lei, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE seu RELATÓRIO FINANCEIRO, na forma do ANEXO 4 do presente CONTRATO, contendo o balanço patrimonial e demonstrações financeiras devidamente auditados, bem como o valor de OUTORGA VARIÁVEL devido, calculado na forma do ANEXO 5 do presente CONTRATO.

22.2.2. O DNIT deverá se manifestar acerca do RELATÓRIO FINANCEIRO entregue pela CONCESIONÁRIA no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo a CONCESSIONÁRIA, no prazo de 10 (dez) dias, pagar os valores incontroversos, em conta a ser indicada pelo DNIT.

22.2.3. Na hipótese de existirem valores controversos, o DNIT instaurará procedimento administrativo e franqueará a Concessionária o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e prestar os esclarecimentos pertinentes.

22.2.3.1. Findo o procedimento administrativo indicado na cláusula 22.2.3 e, em havendo valores adicionais a serem pagos pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá realizar o pagamento na mesma forma e prazo indicado na cláusula 22.2.2, acima.

22.2.3.2. Pelo atraso nos pagamentos devidos ao DNIT, os valores serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, "pro rata temporis", calculados entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento e também de 2% (dois por cento) a título de multa.

22.3. O DNIT poderá a qualquer tempo, diretamente ou através de terceiros, fazer fiscalizações regularmente das receitas da CONCESSIONÁRIA para a apuração do seu real faturamento mensal por meio de coleta dos valores das vendas em tempo real e exame nos documentos fiscais e contábeis obrigatórios.

22.3.1. Havendo divergência entre os valores auferidos e os registros informados pela CONCESSIONÁRIA, as PARTES observarão o quanto exposto na cláusula 22.2.3, a cima.

23. REAJUSTE DOS VALORES DO CONTRATO

23.1. Os valores monetários previstos neste CONTRATO e ANEXOS, inclusive aqueles referentes às faixas de receitas brutas definidas para cálculo do percentual da OUTORGA VARIÁVEL e multas, serão reajustados anualmente, por meio da aplicação do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

23.2. O primeiro reajuste dos valores do CONTRATO refletirá a variação do IPCA entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e o mês em que ocorrer o primeiro pagamento da OUTORGA VARIÁVEL. Caso não tenham decorridos 12 meses entre a data da PROPOSTA COMERCIAL e o mês de pagamento do primeiro percentual de OUTORGA VARIÁVEL, o primeiro reajuste será realizado apenas após o transcurso dos 12 meses da data da PROPOSTA COMERCIAL.

23.3. A data do primeiro reajuste dos valores do CONTRATO será considerada como data-base para efeito dos reajustes anuais seguintes.

23.4. Caso o IPCA venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as PARTES elegerão novo índice oficial, para reajustamento do valor remanescente.

24. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

24.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, em favor do DNIT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO equivalente a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

24.1.1. O valor mínimo da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustado anualmente pelo IPCA, na mesma data dos reajustes previstos na Cláusula 23.

24.2. Na hipótese de execução parcial ou integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá promover sua imediata renovação nos valores estabelecidos na cláusula 24.1.

24.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a critério da CONCESSIONÁRIA, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

24.3.1. Caução, em dinheiro;

24.3.2. Fiança bancária;

24.3.3. Seguro-garantia; ou

24.3.4. Títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados seus valores conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

24.4. As cartas de fiança e as apólices de seguro-garantia deverão ser contratadas junto a instituições de primeira linha, assim entendida como aquela que tiver patrimônio líquido mínimo, na data de contratação da carta fiança, equivalente a R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais), e deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da DATA DE EFICÁCIA, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-las em plena vigência e de forma ininterrupta durante toda a CONCESSÃO, bem como promover as renovações e atualizações que forem necessárias para tanto.

24.4.1. Qualquer modificação do conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia deverá ser previamente submetida à aprovação do DNIT.

24.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao DNIT, em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo de vigência, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas pelo valor integral, reajustado na forma da Cláusula 24.1.1.

24.5. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA optar pela apresentação dos títulos da dívida pública, deverá garantir, no PRAZO DA CONCESSÃO, a cobertura do valor referido na Cláusula 24.1, compreendido o reajuste previsto na Cláusula 24.1.1.

24.6. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada nos seguintes casos:

24.6.1. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não realizar as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

24.6.2. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;

24.6.3. Na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO;

24.6.4. Na hipótese de rescisão antecipada por culpa da CONCESSIONÁRIA, na forma da Cláusula 29.1.

24.7. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

24.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias após o advento do termo contratual, observado o disposto na subcláusula 28.7.

24.9. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

24.9.1. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA e da expedição do Relatório Definitivo de Reversão previsto na subcláusula 28.6.1.

CAPÍTULO V – REVISÃO DO CONTRATO

25. REVISÃO CONTRATUAL

25.1. A CONCESSIONÁRIA assume todos os demais riscos inerentes à execução do CONTRATO, inclusive, mas não se limitando, aqueles a seguir especificados, os quais não ensejarão a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso venham a se materializar:

25.1.1. Obtenção de licenças, permissões e autorizações relacionadas às atividades da CONCESSÃO;

25.1.2. Erros, omissões ou falhas na descrição e informações acerca da FAIXA DE DOMÍNIO concedida, inclusive quanto a ocupações irregulares existentes;

25.1.3. Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

25.1.4. Estimativa incorreta do custo dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA;

25.1.5. Interferências na FAIXA DE DOMÍNIO com as demais concessionárias de serviços públicos que prestem serviços da ÁREA DA CONCESSÃO ou em razão da presença de arborização;

25.1.6. Erro em seus projetos e nos projetos dos terceiros por ela aprovados, as falhas na prestação dos SERVIÇOS e os erros ou falhas causadas pelos seus subcontratados, empregados ou terceirizados;

25.1.7. Segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na execução do objeto deste CONTRATO e/ou seus cessionários ou subcontratados;

25.1.8. Aumento do custo de FINANCIAMENTO (S) assumido (s) para a realização de investimentos ou para o custeio dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO;

- 25.1.9.** Qualidade na prestação dos SERVIÇOS ou da EXPLORAÇÃO COMERCIAL objeto deste CONTRATO, bem como o atendimento às especificações técnicas dos SERVIÇOS e aos indicadores de desempenho do ANEXO 4 do presente CONTRATO;
- 25.1.10.** Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente decorrente da prestação dos SERVIÇOS ou da EXPLORAÇÃO COMERCIAL direta ou indireta pela CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO.
- 25.1.11.** Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou, omissão no cumprimento do objeto deste CONTRATO.
- 25.1.12.** Todos os riscos relacionados à EXPLORAÇÃO COMERCIAL, inclusive aqueles decorrentes de eventuais gratuidades legais, normativas ou determinadas em eventuais ações judiciais;
- 25.1.13.** Constatação superveniente de erros ou omissões em sua PROPOSTA COMERCIAL;
- 25.1.14.** Adequação e atualidade da tecnologia empregada para execução dos SERVIÇOS;
- 25.1.15.** Contratação das apólices de seguros, bem como sua abrangência, cobertura e adequação ao OBJETO da CONCESSÃO;
- 25.1.16.** Eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA ou pela garantia do fabricante, inclusive os decorrentes de atos de vandalismo e atos decorrentes de manifestações sociais e/ou públicas;
- 25.1.17.** Gastos resultantes de defeitos ocultos em BENS VINCULADOS referidos nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2;

- 25.1.18.** Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros;
- 25.1.19.** Variação das taxas de câmbio;
- 25.1.20.** Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO;
- 25.1.21.** Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionado à CONCESSÃO, originado posteriormente à DATA DE EFICÁCIA, inclusive o passivo ambiental referente à destinação final dos equipamentos e bens utilizados nos SERVIÇOS e na EXPLORAÇÃO COMERCIAL;
- 25.1.22.** Inflação superior ou inferior aos índices de reajuste previstos no CONTRATO para o mesmo período;
- 25.1.23.** Ocorrência de greves dos seus empregados, prestadores de serviços, terceirizados, cessionários ou subcontratados;
- 25.1.24.** Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados.
- 25.1.25.** Eventual majoração nos custos entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e a data de efetiva aquisição dos insumos, serviços ou produtos;
- 25.1.26.** Planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e contábil da CONCESSÃO e da CONCESSIONÁRIA;
- 25.1.27.** Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA, cessionários ou subcontratadas decorrentes da execução da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao DNIT;
- 25.1.28.** Quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto da CONCESSÃO.

25.2. A CONCESSIONÁRIA somente poderá demandar a revisão extraordinária do CONTRATO se comprovar que o evento gerou impacto no equilíbrio econômico-financeiro.

25.3. Resguardadas as disposições em contrário expressas neste CONTRATO, a ocorrência de situações de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR é considerada como de risco compartilhado, da seguinte forma:

25.4. Nenhuma das PARTES será considerada inadimplente se o cumprimento de obrigações tiver sido impedido pela ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR cujas consequências não sejam passíveis de contratação de cobertura por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS, devendo comunicar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) à outra PARTE a ocorrência de qualquer evento dessa natureza.

25.5. Salvo se o DNIT fornecer outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de FORÇA MAIOR ou CASO FORTUITO, cabendo ao DNIT da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de FORÇA MAIOR ou CASO FORTUITO.

25.5.1. As PARTES poderão acordar sobre a possibilidade de REVISÃO CONTRATUAL ou extinção da CONCESSÃO.

25.5.2. Caso as PARTES optem pela extinção do CONTRATO, aplicam-se, no que couber, as regras para a extinção do CONTRATO por advento do termo contratual.

25.5.3. Caso o DNIT opte pela REVISÃO CONTRATUAL, deverá haver uma divisão equitativa dos prejuízos causados pelo evento.

25.6. Na ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, quando a cobertura de suas consequências possa ser contratada junto a instituições seguradoras, no mercado brasileiro, na data da ocorrência ou quando houver apólices vigentes que cubram o

evento, a CONCESSIONÁRIA deverá ser responsabilizada por todos os custos decorrentes.

25.7. A revisão extraordinária do CONTRATO para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro será solicitada pela PARTE que se sentir prejudicada mediante o envio de requerimento fundamentado de recomposição à outra PARTE.

25.8. O requerimento será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, sob pena de não conhecimento.

25.9. O requerimento deverá conter, se for o caso, as informações sobre:

25.9.1.1. A data da ocorrência e provável duração da hipótese que enseja a recomposição;

25.9.1.2. A estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, receitas e do resultado econômico da CONCESSÃO;

25.9.1.3. Qualquer alteração necessária nos SERVIÇOS ou EXPLORAÇÃO COMERCIAL objeto do CONTRATO;

25.9.1.4. A eventual necessidade de aditamento do CONTRATO; e

25.9.1.5. A eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das PARTES.

25.10. No caso de recomposição em favor do DNIT, este deverá comunicar a CONCESSIONÁRIA para que esta se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias.

25.11. Recebido o requerimento ou a manifestação da CONCESSIONÁRIA, o DNIT decidirá, motivadamente em 60 (sessenta) dias, sobre o reequilíbrio do CONTRATO.

25.12. A recomposição poderá ser implementada, sem prejuízo de outros, pelos seguintes mecanismos, empregados isolada ou conjuntamente:

- 25.12.1.** Indenização;
 - 25.12.2.** Alteração do PRAZO DA CONCESSÃO;
 - 25.12.3.** Redução da OUTORGA VARIÁVEL;
 - 25.12.4.** Alteração das especificações mínimas dos SERVIÇOS e da EXPLORAÇÃO COMERCIAL constantes do ANEXO 4 do presente CONTRATO; e
 - 25.12.5.** Alteração de quaisquer outras condições estabelecidas no CONTRATO.
- 25.13.** O DNIT elegerá os mecanismos de recomposição a serem adotados, a seu exclusivo critério, por meio de decisão motivada.
- 25.14.** O DNIT poderá requisitar outros documentos, assim como laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes contratadas pela CONCESSIONÁRIA a pedido do DNIT.
- 25.15.** Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da CONCESSIONÁRIA, ainda que decorrentes de determinações do DNIT.
- 25.16.** Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo DNIT e não previstos no CONTRATO, o DNIT poderá requerer à CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico das obras e serviços.
- 25.17.** Para fins de determinação do montante de reequilíbrio econômico-financeiro, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio.

CAPÍTULO VI – PENALIDADES

26. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

26.1. O não cumprimento das cláusulas deste CONTRATO, de seus ANEXOS, do EDITAL, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação e na regulamentação, a aplicação das seguintes penalidades contratuais, conforme o caso:

26.1.1. Advertência formal, por escrito e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento;

26.1.2. Multas, quantificadas e aplicadas na forma desta Cláusula;

26.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o DNIT, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

26.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição do DNIT.

26.2. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

26.2.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie;

26.2.2. A infração terá gravidade média, quando decorrer de conduta volitiva, mas efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar a prestação dos SERVIÇOS ou da EXPLORAÇÃO COMERCIAL ou a CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração de gravidade leve.

26.2.3. A infração será considerada grave quando o DNIT constatar presente um dos seguintes fatores:

26.2.3.1. Ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;

26.2.3.2. Da infração decorrer benefício direto ou indireto para a CONCESSIONÁRIA;

26.2.3.3. A CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração de gravidade média;

26.2.3.4. Prejuízo econômico significativo para o DNIT.

26.2.4. A infração será considerada gravíssima quando:

26.2.4.1. O DNIT constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que seu comportamento se reveste de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos usuários da rodovia, a saúde pública, o meio ambiente, o erário ou a continuidade dos SERVIÇOS;

26.2.4.2. A CONCESSIONÁRIA não contratar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e os seguros exigidos no CONTRATO;

26.2.4.3. A CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração de gravidade grave.

26.3. A advertência somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração leve ou de gravidade média, assim definidas nas Cláusulas 26.2.1 e 26.2.2.

26.4. A multa poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de quaisquer infrações definidas nesta Cláusula.

26.5. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o DNIT, por prazo não superior a 2 (dois) anos, somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração grave ou gravíssima, assim definidas nas Cláusulas 26.2.3 e 26.2.4

26.6. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, somente poderá ser aplicada em resposta ao cometimento de infração gravíssima, assim definida na Cláusula 26.2.4.

26.7. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo DNIT, garantido o devido processo administrativo, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

26.8. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula não impede a rescisão pelo DNIT, nas hipóteses previstas no CONTRATO.

26.9. Observados os critérios previstos na presente Cláusula, nenhuma multa aplicada a CONCESSIONÁRIA será inferior a R\$ 6.274,44 (seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato, ou superior a R\$ 62.744,36 (sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato.

26.10. Os valores das multas serão definidos de acordo com sua gradação, conforme tabela abaixo:

Gradação da Penalidade	Valor da Multa
Leve	0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato
Média	0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato
Grave	0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato
Gravíssima	1% (um por cento) do valor do contrato

26.11. No caso de infrações continuadas, serão fixadas multas diárias enquanto perdurar o descumprimento, sendo que, neste caso, a somatória das multas diárias poderá ser superior aos limites estabelecidos na subcláusula anterior.

26.11.1. Ao valor total da multa a ser paga ao DNIT, será adicionado um valor diário equivalente a 1% (um por cento) do valor inicial da multa enquanto perdurar o descumprimento.

26.12. As multas não terão caráter compensatório ou indenizatório e não se confundem com a responsabilidade civil da CONCESSIONÁRIA a reparar os danos por ela causados, diretamente ou por seus subcontratados, terceirizados ou cessionários.

26.13. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão destinadas ao DNIT.

26.14. As multas poderão ter aplicação cumulativa com as demais penalidades previstas no CONTRATO ou legislação aplicável.

26.15. Sem prejuízo de outros comportamentos passíveis de reprimenda por sanção, a CONCESSIONÁRIA responderá por:

26.15.1. Multa, de gradação média, em caso de atraso no cumprimento de qualquer obrigação anterior à DATA DE EFICÁCIA, aplicada a cada obrigação cumprida em atraso, acrescida do percentual de multa moratória prevista na cláusula 26.11.1 até o cumprimento da obrigação.

26.15.2. Multa, de gradação grave, na hipótese de não contratação ou manutenção atualizada das apólices dos seguros exigidas no CONTRATO, acrescida do percentual de multa moratória prevista na cláusula 26.11.1 até o cumprimento da obrigação;

26.15.3. Multa, de gradação grave, na hipótese de não constituição ou manutenção da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO nos valores exigidos no CONTRATO, acrescida do percentual de multa moratória prevista na cláusula 26.11.1 até o cumprimento da obrigação.;

26.15.4. Multa, de gradação grave, em função do descumprimento do prazo final para apresentação dos RELATÓRIOS FINANCEIROS previstos no ANEXO 4 do presente CONTRATO;

26.15.5. Multa, de gradação grave, no caso de falhas nas informações que compõe os RELATÓRIOS FINANCEIROS previstos no ANEXO 4 do presente CONTRATO que impactem no valor da OUTORGA VARIÁVEL;

26.15.6. Multa, de gradação média, no caso de execução em desacordo com as exigências referentes aos serviços de operação previstos no Capítulo 5 do ANEXO 4 do presente CONTRATO, aplicada a cada exigência.

26.15.7. Multa, de gradação leve, em função do descumprimento do prazo final para apresentação dos RELATÓRIOS OPERACIONAIS previstos no ANEXO 4 do presente CONTRATO;

26.15.8. Multa, de gradação leve, em função do descumprimento do prazo final para apresentação dos RELATÓRIOS DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 4 do presente CONTRATO;

26.15.9. Multa, de gradação grave, no caso de constatação de explorações que estejam em desacordo com as diretrizes apresentadas nos APÊNDICES C a H DO ANEXO 4 do presente CONTRATO, aplicada a cada irregularidade identificada.

26.15.10. Multas não previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas pelo DNIT e classificadas de acordo com a definição da gradação das penalidades apresentadas pela cláusula 26.2.

26.16. Os valores das multas referidos nesta Cláusula serão reajustados pelo IPCA, anualmente, na mesma data e forma previstas na cláusula 23.

26.17. Após a conclusão do processo administrativo de aplicação de multa, caso a CONCESSIONÁRIA não proceda ao pagamento da multa no prazo estabelecido, o DNIT procederá à execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

CAPÍTULO VII - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

27. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO

27.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

27.1.1. Advento do termo contratual;

27.1.2. Rescisão;

27.1.3. Anulação; ou

27.1.4. Ocorrência de CASO FORTUITO ou de FORÇA MAIOR, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO.

27.2. Extinta a CONCESSÃO, o DNIT assumirá imediatamente a prestação dos SERVIÇOS e a EXPLORAÇÃO COMERCIAL, imitando-se imediatamente na posse da FAIXA DE DOMÍNIO e de todos os BENS REVERSÍVEIS, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

28. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

28.1. Até 06 (seis) meses antes da data do término de vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA apresentará um Programa de Desmobilização, para aprovação do DNIT no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contendo a situação dos BENS e dos contratos vigentes, bem como o LEVANTAMENTO PLANIALTIMETRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO E O LEVANTAMENTO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES devidamente atualizados.

28.2. No prazo de 30 (trinta) dias anteriores à extinção da CONCESSÃO, o DNIT elaborará o Relatório Provisório de Devolução.

28.3. O Relatório Provisório de Devolução retratará a situação dos BENS DA CONCESSÃO vigentes determinará a sua aceitação pelo DNIT ou indicará a necessidade de intervenções ou substituições sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA que assegurem a observância do dever de manutenção constante dos BENS REVERSÍVEIS.

28.4. Caso haja interesse do DNIT em sub-rogar-se nos direitos dos CONTRATOS COMERCIAIS vigentes, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar os cessionários de tais contratos acerca dessa sub-rogação.

28.5. No caso de verificação do descumprimento do dever de manutenção dos BENS DA CONCESSÃO, o DNIT determinará a abertura do devido processo para eventual aplicação de penalidade contra a CONCESSIONÁRIA.

28.6. A CONCESSIONÁRIA promoverá a retirada de todos os bens que não constarem do Relatório de Devolução, de acordo com o Programa de Desmobilização Operacional.

28.6.1. Retirados os bens que não constarem do Relatório de Devolução e verificado o seu integral cumprimento, o DNIT elaborará o Relatório Definitivo de Devolução, com o objetivo de liberar a CONCESSIONÁRIA de todas as obrigações inerentes à reversão de bens.

28.7. Enquanto não expedido o Relatório Definitivo de Devolução, não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

28.8. Encerrado o PRAZO DA CONCESSÃO, observado o disposto na cláusula acima, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

28.9. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o DNIT para que os SERVIÇOS e EXPLORAÇÃO COMERCIAL objeto da CONCESSÃO continuem a ser prestados de acordo com o CONTRATO, de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos USUÁRIOS.

28.10. Na hipótese de advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos não amortizados, tendo em vista o que dispõe a subcláusula 7.10, acima.

29. RESCISÃO

29.1. RESCISÃO POR CULPA DA CONCESSIONÁRIA

29.1.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

29.1.2. Sem prejuízo das hipóteses previstas na legislação aplicável, constituem motivo para rescisão do contrato:

29.1.2.1. Decretação, por sentença judicial transitada em julgado, de falência da CONCESSIONÁRIA ou de sua condenação ou de seus controladores por sonegação de tributos ou corrupção, assim definidos na legislação afeta.

29.1.2.2. Transferência da CONCESSÃO ou alteração do controle da CONCESSIONÁRIA de modo diverso do previsto no CONTRATO;

29.1.2.3. Descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de renovação anual da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO na hipótese de oferta de seguro-garantia ou fiança bancária, ou de proceder à reposição do montante integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da sua utilização pelo DNIT;

29.1.2.4. Descumprimento superior a 90 (noventa) dias, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar ou manter contratadas as apólices de seguros previstas no CONTRATO;

29.1.2.5. Quando o montante total de multas e penalidades aplicadas à CONCESSIONÁRIA exceder o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO vigente, nos últimos 12 (doze) meses de prestação de serviços;

29.1.2.6. Atraso superior a 60 (sessenta) dias no pagamento da OUTORGA VARIÁVEL devida ao DNIT.

29.1.2.7. Omissão ou sonegação de informações sobre o faturamento bruto auferido pela execução do CONTRATO, ou a prestação de informações que não retratem a veracidade dos fatos.

29.1.3. A declaração de rescisão da CONCESSÃO por inadimplemento contratual deverá ser precedida de processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa.

29.1.4. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a rescisão será declarada pelo DNIT, independentemente de indenização prévia, calculada no curso do processo e de acordo com as subcláusulas 29.1.7 e 29.1.8, abaixo.

29.1.5. Declarada a rescisão e paga a respectiva indenização, não resultará para o DNIT qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

29.1.6. A rescisão por culpa da CONCESSIONÁRIA acarretará, ainda:

29.1.6.1. A execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao DNIT;

29.1.6.2. Retenção de eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao DNIT.

29.1.7. A indenização devida em caso de rescisão por culpa da CONCESSIONÁRIA será restrita ao valor dos investimentos vinculados a BENS DA CONCESSÃO ainda não amortizados.

29.1.8. Do montante previsto na subcláusula anterior serão descontados:

29.1.8.1. Os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao DNIT e à sociedade;

29.1.8.2. As multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento da indenização;

29.1.8.3. Quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

29.2. RESCISÃO POR INICIATIVA DO DNIT

29.2.1. O DNIT poderá, a qualquer tempo, rescindir a CONCESSÃO, por motivos de interesse público, mediante prévio pagamento de indenização, a ser calculada considerando o seguinte:

29.2.1.1. As parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste CONTRATO, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

29.2.1.2. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do CONTRATO, mediante, conforme o caso:

29.2.1.3. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

29.2.2. O DNIT determinará a indenização devida à CONCESSIONÁRIA antes da rescisão antecipada da CONCESSÃO.

29.3. RESCISÃO POR INICIATIVA DA CONCESSIONÁRIA

29.3.1. O CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, mediante ação proposta especialmente para este fim, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo DNIT, assim como nas seguintes hipóteses:

29.3.1.1. A suspensão da execução do CONTRATO, por ordem escrita do DNIT, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo - independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações e mobilizações - assegurado à CONCESSIONÁRIA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

29.3.1.2. Caso a FAIXA DE DOMÍNIO sofra modificação em benefício da rodovia que não permita a continuidade da EXPLORAÇÃO COMERCIAL ou, ainda, na ocorrência de norma legal ou regulamentar que o torne material ou formalmente inexecutável.

29.3.2. Não configurará hipótese de rescisão o descumprimento de obrigações pelo DNIT que possa ser remediado, desde que não comprometa em definitivo a possibilidade de execução do objeto.

29.3.3. Os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até 90 (noventa) dias após a sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.

29.3.4. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA no caso de rescisão antecipada na forma das cláusulas será calculada de acordo com a Cláusula 29.2.1.

29.3.4.1. Para fins do cálculo da indenização referida nesta Cláusula, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

30. ANULAÇÃO

30.1. O DNIT deverá declarar a nulidade do CONTRATO, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na licitação que precedeu o CONTRATO.

30.2. Na hipótese descrita na Cláusula acima, se a ilegalidade for imputável apenas ao DNIT, a CONCESSIONÁRIA será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de nulidade.

CAPÍTULO VIII - FORO

31.1. Fica desde já eleito o foro judicial da Comarca de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias relativas ao presente CONTRATO.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

31.2. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES pelo CONTRATO, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

31.3. Se qualquer disposição do CONTRATO for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a executabilidade das demais disposições contidas no CONTRATO não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

31.4. As PARTES negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e executáveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

31.5. Cada declaração e garantia feita pelas PARTES no presente CONTRATO deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das PARTES.

31.6. As comunicações e as notificações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas: (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo; (ii) por fax, e-mail ou outro meio remoto, desde que comprovada a recepção; ou (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento.

31.7. Os prazos estabelecidos em dias, no CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência à dias úteis. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se incluir o último dia do prazo.

E, por estarem justas e contratadas, as PARTES assinam o CONTRATO em 2 (duas) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Brasília, [●] de [●] de 2018.

DNIT

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
CPF:

2. Nome:
CPF: